



CREA-ES

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº
90002/2026
PROCESSO Nº 233306**

Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO – CREA-ES, por intermédio da Comissão de Contratação, sediado na Rua Izidro Benezath, 48, Ed. SIX – Enseada do Suá – Vitória/ES – CEP 29050-300, realizará licitação na modalidade PREGÃO, em forma eletrônica, por meio da plataforma **Compras.gov.br, em modo de disputa aberto, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão e gestão de seguro-viagem, visando atender às necessidades de deslocamento institucional de conselheiros, dirigentes e servidores do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES.

Item	Discriminação	Valor anual estimado
1	Passagens aéreas nacionais	R\$ 1.300.000,00
2	Passagens aéreas internacionais	R\$150.000,00
3	Emissão de seguro viagem nacional e internacional	R\$50.000,00
Total passagens Aéreas + seguro viagem		R\$ 1.500.000,00





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos mediante as especificações usuais de mercado incluídas neste Termo de Referência, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XIII.

1.3. O serviço é enquadrado como contínuo, tendo em vista a necessidade recorrente dos serviços de agenciamento de viagens.

1.4. O prazo de EXECUÇÃO dos serviços objeto desta contratação é de 12 (doze) meses, contados da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente, podendo ser renovado por até 120 (cento e vinte) meses.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DA FORMA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME E DO SISTEMA ELETRÔNICO

2.1. A licitação será realizada na modalidade **Pregão**, em forma eletrônica, por meio da plataforma **Compras.gov.br**, em modo de disputa aberto, observadas a Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas.

2.2. A sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo, em horário de Brasília/DF, com recebimento de propostas, abertura da fase competitiva, negociação, habilitação e recursos processados exclusivamente pelo sistema eletrônico.

2.3. Toda a comunicação oficial entre o CREA-ES e os licitantes se dará pelo sistema eletrônico, responsabilizando-se os licitantes por acompanhar as mensagens, alterações e atos convocatórios nele publicados, inclusive reabertura de prazos, quando for o caso.

2.4. Impugnações e pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados na forma da Lei nº 14.133/2021, dentro dos prazos legais, por meio do sistema eletrônico.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do CREA-ES por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas mencionados no item anterior e mantê-los atualizados, devendo proceder imediatamente à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreções ou desatualizações.

3.4. Em razão do valor estimado da contratação, não será concedido tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Será, contudo, assegurado o tratamento favorecido exclusivamente às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da referida Lei, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. pessoa física ou jurídica que tenha elaborado estudos, especificações técnicas, termo de referência ou qualquer documento preparatório da presente contratação, quando a licitação versar sobre serviços a eles relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração de estudos, especificações técnicas, termo de referência ou documentos preparatórios da contratação, ou empresa da qual o respectivo autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços a ela relacionados.

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREA-ES ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;

3.5.10. OSCIPs, atuando nessa condição;

3.5.11. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do CREA-ES, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, os autores dos documentos preparatórios da contratação e as empresas a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio às atividades de planejamento da contratação, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do CREA-ES, vedada sua participação na disputa do certame ou na execução do contrato.





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

3.8. Equiparam-se aos autores dos documentos preparatórios da contratação as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a participação de empresa na condição de prestadora de apoio técnico à Administração, sem vínculo com a futura execução contratual, desde que não haja comprometimento da isonomia, da competitividade ou conflito de interesses.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e em seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.4. Declarará, ainda, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. As declarações de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando apresentadas, não produzirão efeito de tratamento favorecido neste certame, em razão da vedação expressa constante do item 3.4 deste Edital.

4.5.1. A assinalação do campo próprio relativo ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, quando houver, apenas não produzirá os efeitos do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em razão do disposto no item 3.4 deste Edital.

4.6. A falsidade das declarações de que tratam os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, a qual ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem anterior.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, proposta contendo a descrição detalhada do objeto ofertado, em conformidade com o Termo de Referência (Anexo I), acompanhada do preço total e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e em seus anexos.

5.2. O envio da proposta e da documentação será realizado por meio de credenciais eletrônicas (chave de acesso e senha), que garantam a integridade, autenticidade e confidencialidade das informações, nos termos da legislação aplicável.

5.3. Serão aceitos documentos de habilitação já constantes do SICAF, desde que estejam válidos e atualizados, ficando dispensado o reenvio desses documentos.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Os demais licitantes terão acesso aos documentos diretamente no sistema, na forma da legislação aplicável.

5.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar integralmente a documentação exigida para habilitação, observando-se que, neste certame, não lhes será assegurado tratamento favorecido, nos termos do item 3.4 deste Edital.

5.5. É de responsabilidade exclusiva do licitante acompanhar todas as fases do certame no sistema eletrônico, inclusive a sessão pública virtual. O licitante assume o ônus decorrente da inobservância de mensagens do sistema, bem como de eventual desconexão.

5.6. Será facultado ao licitante, até o momento da abertura da sessão pública, proceder à retirada ou substituição da proposta e da documentação de habilitação anteriormente encaminhadas.

5.7. Não será estabelecida, nesta etapa, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, a qual somente ocorrerá após as fases de lances e eventual negociação.

5.8. Os documentos integrantes da proposta e da habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados ao pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de lances, a fim de preservar a isonomia e a competitividade entre os participantes.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá preencher, obrigatoriamente, no sistema eletrônico, até a data e hora fixadas para a abertura da sessão pública, os seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e valor total, em conformidade com as quantidades e exigências do Termo de Referência.

6.1.1.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desclassificados os preços que contenham mais de duas casas decimais após a vírgula.

6.1.2. Descrição detalhada dos serviços ofertados, com todas as informações técnicas relevantes, de modo a demonstrar o atendimento pleno às especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

6.2. A descrição inserida na proposta vinculará a empresa contratada à execução do objeto conforme ofertado, sendo vedadas alterações posteriores em desconformidade com os termos inicialmente propostos, salvo nas hipóteses previstas em lei.

6.3. Os valores propostos deverão contemplar, de forma integral e definitiva, todos os custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, incluindo:

- impostos, taxas e contribuições incidentes;
- custos operacionais, administrativos e eventuais encargos acessórios;
- seguros e demais despesas necessárias à execução contratual;
- qualquer outro custo necessário ao cumprimento integral da obrigação.

6.3.1. A contratada assumirá total responsabilidade por erros de cotação, omissões ou subavaliação de custos, exceto nas hipóteses de revisão contratual previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Eventuais quantitativos excedentes à necessidade da Administração não gerarão direito à contratação ou pagamento, prevalecendo a execução conforme a demanda efetiva, observado o princípio da economicidade e a regra do equilíbrio econômico-financeiro.

6.5. DA ACEITAÇÃO E VALIDADE DA PROPOSTA

6.5.1. A apresentação da proposta implicará na aceitação integral e irretratável das condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no Termo de Referência, vinculando o licitante ao cumprimento total das obrigações decorrentes da contratação.

6.5.2. Os preços ofertados na proposta inicial e nos lances serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo admitida revisão por erro, omissão ou qualquer outra justificativa, ressalvadas as hipóteses de revisão previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, em conformidade com a legislação aplicável.

6.5.4. Os licitantes deverão observar os valores máximos estimados pela Administração. O desrespeito a esses limites poderá implicar a desclassificação da proposta.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

6.5.5. O descumprimento dessas condições poderá ensejar responsabilização do licitante, sendo cabíveis as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em casos de sobrepreço, superfaturamento ou outras irregularidades.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

Da Abertura da Sessão

7.1. A sessão pública será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, na data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

7.2. Após o início da sessão, o pregoeiro procederá à análise das propostas, com a possibilidade de desclassificação daquelas que:

- a)** estiverem em desacordo com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos;
- b)** contiverem vícios insanáveis, ilegalidades ou divergências relevantes em relação ao Termo de Referência;
- c)** identificarem o licitante em desacordo com as regras do sistema eletrônico, antes do encerramento da fase de lances.

7.3. Toda desclassificação será fundamentada e registrada no sistema eletrônico, sendo possível o acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4. A ausência de desclassificação nesta etapa não impede a posterior inabilitação ou recusa da proposta na fase de aceitação, caso se verifique o descumprimento de requisitos legais, técnicos ou orçamentários.

Da Classificação das Propostas

7.5. As propostas válidas serão automaticamente ordenadas pelo sistema eletrônico, com base no critério de julgamento de **menor preço RAV**, conforme estabelecido neste Edital e no Termo de Referência.

7.6. Apenas os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances, sendo disponibilizado, no sistema, campo de troca de mensagens entre o pregoeiro e os participantes.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Da Formulação de Lances

7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão ofertar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor registrado.

7.8. Os lances deverão ser apresentados com base no critério de julgamento adotado neste Edital e no Termo de Referência.

7.9. Cada licitante poderá ofertar apenas lances inferiores ao último por ele registrado, sendo vedada a repetição de valores.

Do Modo de Disputa

7.11. Será adotado o modo de disputa **aberto**, nos termos da legislação aplicável.

Do Benefício às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

7.12. Não se aplica, neste certame, o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em razão do disposto no item 3.4 deste Edital.

7.13. Em razão do disposto no item 7.12, não haverá exercício de direito de preferência por microempresa ou empresa de pequeno porte neste certame.

Do Critério de Desempate

7.14. Em caso de empate entre propostas ou lances, será observado o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se, sucessivamente, os critérios legais aplicáveis.

Da Negociação

7.15. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro poderá negociar com o licitante melhor classificado, buscando a obtenção de condições mais vantajosas, vedada a negociação em desconformidade com as especificações do edital.

7.16. A negociação será realizada exclusivamente pelo sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.17. Finalizada a negociação, o pregoeiro solicitará ao licitante vencedor que envie, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a proposta readequada ao lance final, acompanhada dos documentos complementares, se for o caso.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerradas as etapas de lances e, quando houver, de negociação, o pregoeiro procederá à análise da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à conformidade com as especificações do objeto, ao atendimento integral ao Termo de Referência (Anexo I) e à compatibilidade dos preços com o valor máximo aceitável.

8.2. A análise da exequibilidade poderá ser realizada com base em informações complementares solicitadas pelo pregoeiro, devendo o licitante encaminhar, quando requisitado, documento readequado ao lance final, contendo o detalhamento técnico e o valor total proposto, conforme modelo disponibilizado no Anexo do Edital.

8.3. O envio do documento será realizado exclusivamente pelo sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas a partir da solicitação do pregoeiro.

8.4. A constatação de inexequibilidade parcial não será, por si só, motivo de desclassificação, desde que a proposta, em seu conjunto, permaneça executável e compatível com o mercado.

8.5. A proposta ou o lance vencedor será desclassificado caso:

8.5.1. esteja em desacordo com as exigências deste Edital ou seus anexos;

8.5.2. contenha vício insanável, ilegalidade ou erro substancial;

8.5.3. divirja das especificações técnicas dos serviços, conforme estabelecido no Termo de Referência;

8.5.4. apresente preço superior ao valor máximo aceitável ou manifestamente inexequível.

8.6. DA COMPLEMENTAÇÃO E AJUSTE DOCUMENTAL

8.6.1. O pregoeiro poderá solicitar, pelo sistema eletrônico, o envio de documentos complementares ou da proposta readequada, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de rejeição da proposta.

8.6.2. Esse prazo poderá ser prorrogado a critério do pregoeiro, desde que solicitado formalmente no chat antes do término do prazo original.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

8.6.3. O documento readequado deverá refletir com fidelidade os valores, especificações técnicas e condições comerciais, sob pena de responsabilização administrativa.

8.6.4. Serão admitidos ajustes meramente formais, desde que não impliquem alteração do valor final ou das condições ofertadas, como:

- correções de digitação;
- ajustes de alíquotas tributárias informadas incorretamente.

8.7. DA MANIFESTAÇÃO TÉCNICA E DECISÃO FINAL

8.7.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação da área técnica requisitante para verificar a conformidade da proposta vencedora com as exigências do Termo de Referência.

8.7.2. Caso a proposta vencedora seja desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, respeitando a ordem de classificação e reaplicando as etapas de aceitação, se necessário.

8.7.3. A sessão poderá ser suspensa temporariamente para reavaliação, sendo a nova data e horário comunicados via sistema.

8.8. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE ACEITAÇÃO

8.8.1. Finalizada a análise e confirmada a validade da proposta vencedora, será iniciada a fase de verificação da habilitação, conforme o disposto neste Edital e nos documentos exigidos em seus anexos.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Verificação preliminar das condições de participação

9.1.1. Antes da análise da documentação de habilitação da licitante mais bem classificada, o(a) Pregoeiro(a) procederá à verificação das condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS/CGU;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNJ;
- d) Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON/TCU.

9.1.2. Para fins de celeridade, poderá ser utilizada a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, em substituição às alíneas “b”, “c” e “d”.

9.1.3. A consulta será realizada em nome da empresa e de seus sócios ou administradores, conforme a legislação aplicável.

9.1.4. Caso identificado impedimento indireto por vínculos societários, o(a) Pregoeiro(a) poderá instaurar diligência para averiguar possível burla ao processo licitatório.

9.1.5. Será assegurado à licitante o contraditório e a ampla defesa antes de eventual decisão de inabilitação.

9.2. Verificação da habilitação no SICAF

9.2.1. A habilitação será verificada prioritariamente por meio do SICAF, abrangendo:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica.

9.2.2. Os documentos constantes no SICAF deverão estar válidos até o terceiro dia útil anterior à data da sessão pública.

9.2.3. É responsabilidade da licitante manter os dados e documentos atualizados no sistema. Caso necessário, será permitido o envio complementar via sistema eletrônico, no prazo definido pelo(a) Pregoeiro(a).

9.2.4. A ausência de documentação válida ou a desatualização dos registros poderá ensejar inabilitação, salvo se as informações puderem ser verificadas em bases oficiais públicas.

9.3. Convocação para envio complementar de documentos





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

9.3.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar a licitante para envio de documentos complementares via sistema eletrônico, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável a critério da Administração.

9.3.2. O envio será obrigatório quando necessário para suprir lacunas de dados no SICAF ou esclarecer a autenticidade de documentos apresentados.

9.4. Disposições gerais sobre os documentos

9.4.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, na forma admitida pela legislação e pelo sistema.

9.4.2. Quando a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz; quando filial, os documentos deverão estar em nome da filial, exceto nos casos legalmente justificados.

9.5. Documentação fora do SICAF (se aplicável)

9.5.1. Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de

Página 15 de 80





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda estadual, distrital ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.3. Qualificação econômico-financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral – LG, Solvência Geral – SG e Liquidez Corrente – LC, será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.6. Qualificação técnica

Comprovação mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que o





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

licitante já tenha prestado serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de certidões ou atestados.

Para fins da comprovação, o atestado deverá dizer respeito a contratos executados com os seguintes tipos de serviços:

- a) agenciamento de viagens com emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais;
- b) b) serviço de agenciamento e fornecimento de, no mínimo, 1.000 passagens aéreas nacionais e/ou internacionais;
- c) c) serviço de agenciamento e fornecimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação;
- d) comprovação de experiência de 01 (um) ano na prestação dos serviços.

Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo – CADASTUR, conforme previsto no artigo 22 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no artigo 18 do Decreto nº 7.381/2010.

Capacidade operacional para emissão de passagens. A licitante deverá comprovar, por um dos meios abaixo:

- a) registro ativo junto à International Air Transport Association – IATA; ou vínculo jurídico com, no mínimo, 03 (três) agências consolidadoras, mediante apresentação de contrato, declaração ou documento equivalente, emitido pela consolidadora, que ateste a habilitação da licitante para emissão e comercialização de passagens aéreas nacionais e internacionais;
- b) declaração das companhias brasileiras de transporte aéreo regular AZUL, GOL e LATAM e de uma companhia internacional de que a agência é credenciada junto às mesmas e é possuidora de crédito perante as referidas empresas, que está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas dessas companhias e se encontra em situação regular frente às respectivas companhias, ou, em se tratando de agência consolidada, declaração das companhias aéreas à sua consolidadora.

Comprovação do sistema Self Booking (Prova de Conceito – POC). A licitante deverá comprovar a disponibilidade e funcionamento do sistema de Self Booking ofertado mediante apresentação obrigatória de vídeo demonstrativo (Prova de Conceito – POC), a ser encaminhado juntamente com a proposta comercial. O vídeo deverá evidenciar, de forma clara e objetiva, as principais funcionalidades do sistema, incluindo, no mínimo: processo de cotação de voos, reserva e emissão de passagens aéreas, aplicação de políticas de viagem, gestão de usuários,





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

acompanhamento das solicitações e geração de relatórios gerenciais. O material apresentado deverá demonstrar que a solução tecnológica ofertada está plenamente operacional e apta a atender às necessidades da Administração. A não apresentação do vídeo demonstrativo ou a demonstração de funcionalidades incompatíveis com as exigências do Termo de Referência implicará na desclassificação da proposta.

9.7. Disposições para ME, EPP e MEI

9.7.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e MEI deverão apresentar integralmente a documentação exigida para fins de habilitação.

9.7.2. Não se aplicam, neste certame, os benefícios previstos nos arts. 44 a 47 da Lei Complementar nº 123/2006, em razão do disposto no item 3.4 deste Edital.

9.8. Disposições finais da fase de habilitação

9.8.1. Constatado o atendimento a todas as exigências editalícias, a licitante será declarada habilitada.

9.8.2. A inabilitação da licitante ensejará a convocação da próxima classificada, respeitada a ordem de classificação.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Após o encerramento da fase de lances, o licitante mais bem classificado será convocado, por meio do sistema eletrônico, para encaminhar sua proposta final ajustada ao valor do lance vencedor, no prazo máximo de 2 (duas) horas, observando os seguintes requisitos:

10.1.1. A proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, digitada, em uma única via, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, contendo assinatura do representante legal na última página e rubrica nas demais.

10.1.2. A proposta deverá conter o vídeo demonstrativo da Prova de Conceito – POC do Sistema Self Booking, evidenciando seu funcionamento, conforme previsto no Termo de Referência e na qualificação técnica.

10.1.3. Deverá conter o valor unitário e o valor global, já compatibilizados com o lance vencedor, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários em algarismos e valor global em algarismos e por extenso.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

10.1.4. Deverá constar na proposta a indicação dos dados bancários para pagamento (nome do banco, número da agência, número da conta e CNPJ da empresa).

10.2. A proposta final encaminhada vinculará a licitante durante a fase de contratação e execução dos serviços, inclusive para fins de aplicação de penalidades, caso constatado descumprimento das condições nela estabelecidas.

10.3. Em caso de divergência:

- entre o valor unitário e o valor global, prevalecerá o valor unitário;
- entre os valores por extenso e os valores numéricos, prevalecerão os valores por extenso.

10.4. A proposta deverá ser clara, precisa, objetiva e aderente ao objeto e às condições previstas neste Edital e no Termo de Referência, sendo vedadas:

- alternativas de preços;
- cláusulas ambíguas ou condicionantes não previstas;
- qualquer item que possa gerar interpretações dúbias ou resultados múltiplos.

10.5. Será desclassificada a proposta que:

- não atenda integralmente às especificações técnicas mínimas exigidas;
- contenha condições vinculadas a propostas de outros licitantes;
- estabeleça condicionantes ou exigências não previstas no instrumento convocatório.

10.6. A proposta vencedora, com todos os seus anexos e documentos complementares, será juntada aos autos do processo eletrônico e divulgada publicamente após a homologação, observada a legislação aplicável.

11. DOS RECURSOS

11.1. Após a declaração do licitante vencedor, será concedido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma motivada, sua intenção de interpor recurso, exclusivamente no campo próprio do sistema eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.2. A manifestação de intenção de recurso deverá:





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- ser feita de forma clara, objetiva e fundamentada, indicando os pontos da decisão que se pretende impugnar;
- apresentar elementos mínimos de inconformidade, sob pena de indeferimento.

11.2.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a adequação formal da motivação apresentada, decidindo, de forma fundamentada, sobre a admissibilidade da intenção de recurso.

11.2.2. Nesta fase, não será analisado o mérito do recurso, limitando-se à verificação dos requisitos de admissibilidade.

11.2.3. A ausência de motivação válida implicará a perda do direito ao recurso.

11.3. Admitida a intenção de recorrer:

- o licitante disporá do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico;
- os demais licitantes serão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões no mesmo sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do encerramento do prazo do recorrente, assegurado o acesso imediato aos autos e documentos pertinentes.

11.4. O recurso será julgado pela autoridade competente, com decisão motivada, devidamente disponibilizada no sistema eletrônico, com comunicação às partes interessadas.

11.5. O acolhimento do recurso não implicará, automaticamente, a invalidação dos demais atos do certame, mantendo-se válidos os atos já eficazes, na forma da legislação aplicável.

11.6. Durante o prazo recursal, o processo permanecerá suspenso apenas quanto ao item ou aspecto impugnado, podendo ter continuidade nos demais itens ou etapas, se autônomos e tecnicamente viáveis.

11.7. Os autos do processo licitatório permanecerão disponíveis para consulta pública no endereço eletrônico indicado neste Edital, em observância ao princípio da transparência.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

Página **21** de **80**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

12.1.1. Quando houver provimento de recurso administrativo que implique a anulação de atos praticados antes ou durante a sessão pública anterior, inclusive quando esta for integralmente anulada. Nesse caso, serão repetidos os atos anulados e os que deles dependerem.

12.1.2. Nos casos em que, após encerrada a sessão pública:

- a proposta melhor classificada tenha sido indevidamente aceita;
- ou o licitante vencedor não assinar o contrato, não apresentar a documentação complementar exigida ou descumprir qualquer outra exigência editalícia.

Nessas situações, o(a) Pregoeiro(a) retomará os procedimentos a partir da etapa subsequente ao encerramento da fase de lances, com convocação do próximo licitante classificado, observada a ordem de classificação.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser formalmente convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação será realizada, preferencialmente, por meio do sistema eletrônico, assegurando-se ampla publicidade e transparência.

12.2.2. Quando necessário, a convocação também poderá ocorrer por e-mail, utilizando-se os dados constantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sendo de responsabilidade exclusiva do licitante a atualização e correção de seus dados cadastrais.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor:

- pelo(a) Pregoeiro(a), em caso de inexistência de intenção de recurso ou de não interposição tempestiva no sistema eletrônico;
- ou, quando houver recurso, pela autoridade competente, após análise e decisão fundamentada.

13.2. Após a fase recursal e a análise da regularidade formal do processo, a autoridade competente procederá à homologação do certame, mediante ato expresso e publicação no sistema eletrônico, reconhecendo sua validade jurídica e eficácia administrativa.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

13.3. A homologação confere eficácia ao resultado da licitação, autorizando a Administração a promover a contratação nos termos da proposta vencedora e das demais condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não será exigida garantia de execução contratual, em razão da natureza do objeto e da forma de execução da presente contratação, que consiste na prestação de serviços de agenciamento de viagens, com execução continuada e pagamento vinculado aos serviços efetivamente prestados, na forma da legislação aplicável.

14.2. Eventuais falhas na prestação dos serviços deverão ser sanadas pela contratada, sem ônus para a Administração, nos termos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, será formalizada a contratação por meio de Termo de Contrato, nos termos da legislação aplicável.

15.2. O adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação oficial, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.2.1. Alternativamente, o contrato poderá ser encaminhado por meio eletrônico ou por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser devolvido assinado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar do recebimento, salvo prorrogação justificada e aceita pela Administração.

15.3. A contratação será formalizada mediante contrato administrativo, sendo vedada a substituição por Nota de Empenho, dada a natureza do objeto e a necessidade de definição clara das obrigações da contratada.

15.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Antes da assinatura, será realizada consulta atualizada ao SICAF, CEIS e demais cadastros oficiais, para verificar eventual impedimento legal à contratação.

15.5.1. Caso o adjudicatário não esteja regular no SICAF, deverá providenciar as correções necessárias no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de perda do direito à contratação.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

15.6. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas no processo licitatório.

15.7. Na hipótese de recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, ou de não comprovação das condições de habilitação exigidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para celebração contratual, conforme a legislação aplicável.

16. DO REAJUSTE

16.1. O valor do **RAV** contratado será fixo e irrevogável durante a vigência contratual, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabíveis.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A aceitação do objeto será formalizada mediante recebimento definitivo, após verificação de que os serviços foram prestados em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e na proposta vencedora.

17.2. A fiscalização do contrato será exercida por servidor formalmente designado pelo CREA-ES, nos termos da legislação aplicável, com competência para acompanhar a execução, verificar a conformidade dos serviços prestados e atestar o recebimento definitivo.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada estão definidas no Termo de Referência, com destaque para:

I – Da Contratante:

- a)** designar o fiscal e o gestor do contrato;
- b)** disponibilizar tempestivamente os recursos orçamentários para pagamento;
- c)** acompanhar, conferir e atestar a execução dos serviços, nos termos do Termo de Referência e do contrato.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

II – Da Contratada:

- a)** prestar os serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, bem como os serviços correlatos previstos no Termo de Referência;
- b)** fornecer as informações, comprovantes, relatórios e demais documentos exigidos para a adequada execução contratual;
- c)** responsabilizar-se pela adequada prestação dos serviços, inclusive quanto a falhas, inconsistências, créditos, reembolsos e demais obrigações previstas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelo Fiscal/Gestor do Contrato, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

19.2. O pagamento estará condicionado à apresentação da documentação comprobatória exigida e à verificação da conformidade dos serviços prestados, nos termos do Termo de Referência.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Infrações Administrativas

20.1.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o comportamento do licitante ou contratado que:

- a)** deixar de assinar o contrato no prazo legal, quando regularmente convocado;
- b)** apresentar documentação falsa no certame;
- c)** deixar de entregar a documentação exigida no edital ou no Termo de Referência;
- d)** não manter a proposta nos termos apresentados;
- e)** cometer fraude fiscal ou inexecução parcial ou total do contrato;
- f)** ocasionar atraso injustificado na execução dos serviços;
- g)** praticar quaisquer atos que dificultem, impeçam ou frustrem o caráter competitivo da licitação;
- h)** adotar conduta inidônea ou praticar conluio entre licitantes;
- i)** descumprir qualquer obrigação contratual ou editalícia, inclusive especificações técnicas dos serviços.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

20.2. Sanções Aplicáveis

20.2.1. O licitante ou contratado que incorrer nas infrações descritas poderá ser penalizado com:

- a)** advertência, por infrações de menor gravidade que não causem prejuízo relevante à Administração;
- b)** multa, aplicada proporcionalmente à gravidade da infração, limitada a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou da parcela inadimplida, conforme o caso;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da sanção ou até reabilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.2.2. A penalidade de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com outras sanções.

20.2.3. Se o valor da multa for insuficiente para cobrir os danos causados, a Administração poderá promover a cobrança do valor remanescente, administrativa ou judicialmente.

20.3. Processo Administrativo

20.3.1. A aplicação de qualquer penalidade observará o devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

20.3.2. O licitante ou contratado será notificado para apresentar defesa no prazo legal, contado da ciência da instauração do processo sancionador.

20.3.3. Verificada a existência de indícios de infração à Lei nº 12.846/2013, o processo será remetido à autoridade competente para as providências cabíveis, inclusive instauração de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.3.4. A instauração de PAR não impede o prosseguimento de processos administrativos voltados à reparação de danos à Administração.

20.4. Disposições Gerais





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

20.4.1. Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, a vantagem auferida ou pretendida, os danos causados, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e o caráter educativo da sanção.

20.4.2. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas e cadastros cabíveis, na forma da legislação aplicável.

20.4.3. As penalidades por descumprimento contratual, após a celebração do instrumento, observarão ainda as disposições específicas constantes do Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Da Impugnação ao Edital

21.1.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá apresentar impugnação ao conteúdo deste Edital.

21.1.2. A impugnação deverá ser encaminhada, preferencialmente, por meio do sistema eletrônico. Subsidiariamente, poderá ser apresentada por meio do e-mail **cpl@creaes.org.br** ou protocolada fisicamente no endereço do CREA-ES – Rua Izidro Benezath, nº 48, Enseada do Suá – Vitória/ES – CEP 29050-300, no setor de Compras e Licitações, até às 18h do último dia do prazo, considerando o horário oficial de Brasília.

21.1.3. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), com o apoio técnico dos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

21.2. Consequências da Impugnação

21.2.1. Caso a impugnação seja acolhida, no todo ou em parte, será promovida a alteração do Edital, com a devida publicação de nova data para a realização da sessão pública, quando for o caso, conforme determina a legislação vigente.

21.3. Dos Pedidos de Esclarecimento

21.3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados exclusivamente por meio eletrônico, preferencialmente via sistema eletrônico ou, subsidiariamente, por meio do endereço eletrônico informado no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.

Página 27 de 80





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

21.3.2. O(a) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento, podendo solicitar manifestação técnica da área demandante ou da unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência e demais anexos.

21.4. Efeitos das Impugnações e dos Esclarecimentos

21.4.1. A apresentação de impugnações ou pedidos de esclarecimento não suspende os prazos do certame, salvo se houver decisão fundamentada nesse sentido.

21.4.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e eventuais decisões sobre impugnações serão divulgadas no sistema eletrônico de licitações utilizado pelo CREA-ES, passando a integrar o Edital e vinculando todos os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata eletrônica, devidamente registrada no sistema, com ampla publicidade aos licitantes.

22.2. Caso não haja expediente ou ocorra fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário emitida pelo(a) Pregoeiro(a).

22.3. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

22.4. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas e da habilitação, sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata, com eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado da licitação não implica direito automático à contratação, cabendo à Administração avaliar a conveniência e a oportunidade da contratação, observada a legislação aplicável.

22.6. As normas que regem o presente certame serão interpretadas em favor da ampliação da competitividade, desde que respeitados os princípios da legalidade,





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

isonomia, interesse público, segurança jurídica e da seleção da proposta mais vantajosa.

22.7. Os licitantes assumem integralmente os custos de preparação e apresentação de suas propostas, sendo vedado qualquer ressarcimento pela Administração, independentemente do resultado do certame.

22.8. Para a contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CREA-ES.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará, necessariamente, desclassificação da proposta ou inabilitação do licitante, desde que o ato possa ser aproveitado e não comprometa a legalidade do certame, observado o interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e seus anexos ou demais documentos integrantes do processo, prevalecerão as disposições do Edital.

22.11. Este Edital encontra-se disponível, na íntegra, no endereço eletrônico do CREA-ES e no Portal de Compras do Governo Federal, podendo também ser consultado presencialmente na Rua Izidro Benezath, nº 48, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-300, no setor de Compras e Licitações, em dias úteis, das 9h às 18h, período em que os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Vitória, 17 de março de 2026

Comissão de Contratação





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 233.306/2026/2026

Este Termo de Referência destina-se a apresentar os procedimentos e requisitos para a contratação de serviços pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo – CREA-ES.

1.0. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão e gestão de seguro-viagem, visando atender às necessidades de deslocamento institucional de conselheiros, dirigentes e servidores do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES.

Item	Discriminação	Valor anual estimado
1	Passagens aéreas nacionais	R\$ 1.300.000,00
2	Passagens aéreas internacionais	R\$150.000,00
3	Emissão de seguro viagem nacional e internacional	R\$50.000,00
Total passagens Aéreas + seguro viagem		R\$ 1.500.000,00

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos mediante as especificações usuais de mercado incluídas neste Termo de Referência, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XIII.

1.3. O serviço é enquadrado como contínuo, tendo em vista a necessidade recorrente dos serviços de agenciamento de viagens.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

1.4. O prazo de EXECUÇÃO dos serviços objeto desta contratação é de 12 (doze) meses, contados da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente, podendo ser renovado por até 120 (cento e vinte) meses.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

2.0. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O CREA-ES necessita providenciar transporte aéreo para o Presidente, Servidores, Conselheiros, Convidados e/ou Colaboradores Eventuais deste Regional, visando à execução de tarefas ligadas à capacitação, participação em congressos, conferências, reuniões técnicas e demais eventos em outras cidades e demais unidades da Federação, sempre a serviço do Sistema Confea/Crea/Mútua.

2.3. A escolha pelo transporte aéreo justifica-se pelos ganhos relacionados ao tempo despendido, à segurança do passageiro e ao custo-benefício resultante desta modalidade de deslocamento.

2.4. Registra-se, ainda, que o saldo orçamentário do contrato atualmente vigente encontra-se em fase de esgotamento, circunstância que evidencia a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços, sem risco de descontinuidade do atendimento às demandas institucionais do CREA-ES.

2.5. Soma-se a isso o fato de que o atual patamar tarifário do setor aéreo, amplamente documentado por fontes oficiais e veículos especializados, representa alteração substancial nas condições de mercado, o que reforça a inviabilidade de mera manutenção das condições originalmente pactuadas no ajuste vigente.

2.6. Nesse contexto, a realização de novo procedimento licitatório mostra-se a solução mais adequada, permitindo:

- i) a atualização dos valores contratuais em conformidade com a realidade do mercado;
- ii) a garantia de economicidade e transparência no processo de contratação;
- iii) o estabelecimento de condições comerciais condizentes com o atual cenário tarifário;
- iv) a manutenção da qualidade dos serviços, sem riscos de interrupção.

3.0. DESCRIÇÃO DO

OBJETO COMO UM TODO

3.1 A solução proposta contempla a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, abrangendo todas as etapas necessárias ao atendimento das demandas de deslocamento institucional do CREA-ES, desde a solicitação até a finalização do serviço, considerando o ciclo de vida do objeto.

Página **31** de **80**



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Espírito Santo



CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

3.2 Detalhamento dos serviços:

3.2.1 O escopo dos serviços contempla as reservas, emissões, marcações, remarcações e cancelamentos de bilhetes de passagens aéreas, nacionais e internacionais, com fornecimento do bilhete ao interessado e sistema self booking.

3.2.2 A execução dos serviços será de acordo com as requisições/ordens de fornecimento expedidas pelo responsável indicado pela Contratante. Excepcionalmente, dependendo da necessidade, as solicitações poderão ser feitas e deverão ser atendidas, inclusive, aos finais de semana e/ou feriados.

3.2.2.1 Para esta finalidade a Contratada deverá manter canal para comunicação em regime 7x24x365.

3.2.3 As cotações com as opções de voos devem ser enviadas em até 4 (quatro) horas, a partir da solicitação, se a mesma for realizada em horário comercial.

3.2.4 Após a confirmação do CREA-ES, a emissão da passagem deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas

3.2.5 Os prazos mencionados no subitem anterior poderão ser reduzidos caso haja urgência e necessidade do CREA-ES.

3.2.6 As passagens aéreas emitidas para trechos dentro do território nacional deverão obedecer, rigorosamente, às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil e demais órgãos reguladores.

3.2.7 Na emissão de passagens aéreas internacionais, devem ser observadas as normas estatuídas pela International Air Transport Association - IATA.

3.2.8 Os bilhetes não utilizados ou cancelados serão reembolsados através de crédito na fatura seguinte emitida pela Contratada, deduzidas as eventuais multas impostas pelas companhias aéreas.

3.2.9 Os bilhetes, vouchers e demais serviços deverão ser disponibilizados nos prazos e locais indicados pelo CREA-ES, admitido o envio por meio eletrônico.

3.2.10 A Contratada deverá prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário e frequência de deslocamentos (partida/chegada), tarifas promocionais à época de retirada dos bilhetes e desembaraço de bagagens.

3.2.11 A contratada deverá envidar todos os esforços possíveis com vistas a obter, nas solicitações de bilhetes de passagens feitas pelo CREA-ES, as tarifas mais vantajosas, ressalvados os casos em que tal não seja possível em razão do tempo da solicitação e das políticas tarifárias das companhias operadoras.

Página **32** de **80**





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

3.3 A empresa Contratada deverá ainda:

3.3.1 Solucionar qualquer tipo de problema relacionado aos serviços (passagens, embarques, bagagens, etc.).

3.3.2 Fazer remarcação de passagens aéreas para quaisquer viagens, cobrando-se somente as taxas devidas pela mudança, quando forem necessárias.

3.3.3 Enviar os horários de voo, tarifas, empresas e quaisquer outras informações que seja requisitada pelo CREA-ES.

3.3.4 Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias aéreas.

3.3.5 Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas.

3.3.6 Fornecer, sempre que solicitado pelo contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

3.3.7 Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

3.3.8 A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar para que a prestação dos serviços ocorra da melhor maneira possível.

3.3.9 A CONTRATADA deverá ser responsável por todos os procedimentos e etapas que contemplam a prestação dos serviços de emissão de passagens aéreas e de serviços correlatos, quando necessário, observando o seguinte:

3.3.9.1 Priorizar a compra de passagens aéreas em classe econômica para voos no território nacional e internacional;

3.3.9.2 Atender, dentro do Território Nacional, todos os trechos da Unidade da Federação;

3.3.9.3 Realizar as emissões, reservas, marcações, remarcações e cancelamentos de passagens aéreas, com fornecimento de tickets, conforme requisitado e autorizado pela pessoa responsável designada pelo CREA/ES;

3.3.10. Todos os vouchers alterados podem ser glosados em notas subsequentes. A empresa deverá gerar relatório mensal de todos os bilhetes, vouchers e documentos correlatos passíveis de glosa. O relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas empresas de viagens, no prazo de até 30 (trinta) dias após a alteração do documento de viagem, contendo no mínimo:





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

3.3.10.1. Dados do documento de viagem: nome do passageiro, origem/destino, data de utilização do serviço, código da reserva e outros;

3.3.10.2. Valores pagos;

3.3.10.3. Valores das multas;

3.3.10.4. Valor do crédito;

3.3.10.5. Valor do reembolso.

3.3.11. Fornecer todas as informações de acompanhamento, online ou em arquivo eletrônico, claros, objetivos e personalizados, contendo a base de dados e todo o histórico de viagens;

3.3.12. Controle de reembolsos solicitados e pagos;

3.3.13. Controle de bilhetes aéreos reemitidos e em aberto;

3.3.14. Fornecer, junto com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento;

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos elencados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Subcontratação

4.2.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual, seja no todo ou em partes.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.4. Da Vistoria

4.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Da Qualificação

4.5.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: SICAF e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

4.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.5.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.5.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.5.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

4.5.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos ou por certidões de regularidade das fazendas municipal, estadual e federal.

4.5.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

4.5.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.5.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.5.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

4.5.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme disposto neste Termo.

5.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica estabelecida no item 3.0 deste Termo de Referência.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

6.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Conselho poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.0. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, visando assegurar que a prestação dos serviços esteja em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados;

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Do Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.22.1. o prazo de validade;

7.22.2. a data da emissão;

7.22.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.22.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.22.5. o valor a pagar; e

7.22.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

Página **41** de **80**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado por meio de PIX, em até 30 (trinta) dias, mediante o recebimento da nota fiscal respectiva, devidamente atestada pelo Fiscal/Gestor do Contrato.

7.31. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas;

7.32. O pagamento será referente ao número de cursos que tiverem suas aulas totalmente ministradas ao final de cada mês.

7.33. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento;

7.34. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe, por ocasião de cada pagamento, fará as retenções e recolhimentos fiscais determinados pela legislação tributária;

7.35. Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à nota fiscal documento que comprove tal opção e Declaração conforme modelo do anexo IV da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 480, de 15 de dezembro de 2004, para que sobre o valor do pagamento não incidam as retenções de que trata a cláusula acima.

8.0. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO RAV.





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Regime de execução

8.2. Deverá ser adotada a contratação por preço global, por ser a mais adequada para o objeto a ser contratado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal 3 SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-

Página **43** de **80**





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

8.20. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

8.21. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

8.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação mediante apresentação atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove que o licitante já tenha prestado os serviços, compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.27. Para fins da comprovação, o atestado deverá dizer respeito a contratos executados com os seguintes tipos de serviços:

a) Agenciamento de viagens com emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais;

b) Serviço de agenciamento e fornecimento de, no mínimo 1.000 passagens aéreas nacionais e/ou internacionais;

c) Serviço de agenciamento e fornecimento de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor estimado, qual seja R\$ R\$1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais)

d) Deverá haver comprovação de experiência de 01 (um) ano na prestação dos serviços.

8.28. Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo (CADASTUR), conforme previsto no artigo 22 da lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e ao artigo 18 do Decreto nº 7.381/2010, que instituem e regulamentam a Política Nacional do Turismo.

8.29. Capacidade Operacional para Emissão de Passagens A licitante deverá comprovar, por um dos meios abaixo:

a) Registro ativo junto à International Air Transport Association (IATA); ou Vínculo jurídico com no mínimo 03 (três) Agências Consolidadoras, mediante apresentação de contrato, declaração ou





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

documento equivalente, emitido pela consolidadora, que ateste a habilitação da licitante para emissão e comercialização de passagens aéreas nacionais e internacionais.

8.30. Declaração das companhias brasileiras de transporte aéreo regular AZUL, GOL e LATAM e uma companhia internacional de que a agência é credenciada junto às mesmas e é possuidora de crédito perante as referidas empresas, que está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas dessas companhias, e se encontra em situação regular frente às respectivas companhias, ou, em se tratando de agência consolidada, declaração das cias aéreas à sua consolidadora.

8.31. Comprovação do Sistema Self Booking (Prova de Conceito – POC). A licitante deverá comprovar a disponibilidade e funcionamento do sistema de Self Booking ofertado mediante apresentação obrigatória de vídeo demonstrativo (Prova de Conceito – POC), a ser encaminhado juntamente com a proposta comercial. O vídeo deverá evidenciar, de forma clara e objetiva, as principais funcionalidades do sistema, incluindo, no mínimo: processo de cotação de voos, reserva e emissão de passagens aéreas, aplicação de políticas de viagem, gestão de usuários, acompanhamento das solicitações e geração de relatórios gerenciais. O material apresentado deverá demonstrar que a solução tecnológica ofertada está plenamente operacional e apta a atender às necessidades da Administração. A não apresentação do vídeo demonstrativo ou a demonstração de funcionalidades incompatíveis com as exigências deste Termo de Referência implicará na desclassificação da proposta.

9.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total para a contratação dos serviços foi estimado no valor médio de R\$1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) para taxa de agenciamento; conforme pesquisa de preços realizada de acordo com instrução normativa SEGES /me nº 65, de 7 de julho de 2021.

9.2. Valor estimado para aquisição de passagens é de R\$ R\$1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais)

Item	Discriminação	Valor anual estimado
1	Passagens aéreas nacionais	R\$ 1.300.000,00
2	Passagens aéreas internacionais	R\$150.000,00
3	Emissão de seguro viagem nacional e internacional	R\$50.000,00
Total passagens Aéreas + seguro viagem		R\$ 1.500.000,00





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

9.3. Neste valor estão incluídos todos os custos, impostos, taxas, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros que, direta ou indiretamente, decorram da prestação dos serviços.

9.4. O pagamento será feito mensalmente, no valor equivalente ao número de passagens emitidas pelas agências de viagens, sendo o valor pago proporcional ao volume de passagens adquiridas.

9.5. O pagamento somente será feito após a conferência do fiscal designado pela Contratante, no prazo máximo de cinco dias úteis para esta conferência, da conformidade entre os serviços prestados e os solicitados, assim como as cláusulas estabelecidas no Contrato e neste Termo de Referência. Verificada a conformidade, a Contratada deverá apresentar nota fiscal acompanhada de certidões negativas para o pagamento.

9.6. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da documentação comprobatória correspondente, conforme as condições estabelecidas no contrato.

10.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CREA-ES.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Passagens funcionários – 1342

Passagens Conselheiros – 1343

Passagens Colaboradores - 1344

Vitória/ES, 03 de março de 2026.

Ariana Alves Vieira
Superintendente Crea-ES

Antônio Carlos Barbará
Gerente Administrativo

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
ENCAMINHE-SE À ÁREA DE COMPRAS PARA
AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Vitória/ES, 03 de março de 2026

JORGE LUIZ E SILVA
Presidente do Crea-ES





CREA-ES

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal**

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 233.306/2026/2026

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, bem como a emissão e gestão de seguro-viagem, visando atender às necessidades de deslocamento institucional de conselheiros, dirigentes e servidores do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES.

1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.1 Descrição da necessidade

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES possui a necessidade contínua de viabilizar o deslocamento de conselheiros, dirigentes e servidores para o cumprimento de suas atribuições institucionais, administrativas e fiscalizatórias.

Esses deslocamentos ocorrem regularmente para participação em reuniões institucionais, atividades de fiscalização, eventos técnicos, congressos, seminários e capacitações relacionados às áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea/Mutua.

A ausência de um serviço estruturado de agenciamento de viagens comprometeria a eficiência administrativa e a adequada execução das atividades institucionais do Conselho, dificultando a gestão logística das viagens e o atendimento a demandas emergenciais.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada em serviços de agenciamento de viagens mostra-se necessária para garantir maior eficiência administrativa, melhor planejamento dos deslocamentos institucionais e adequada gestão dos recursos públicos.

1.2 Justificativa para não parcelamento do objeto

A justificativa para a não divisão do objeto baseia-se no caráter integrado dos serviços de agenciamento de viagens.

Os serviços de emissão de passagens aéreas, contratação e administração de seguro-viagem, estão diretamente relacionados à organização e execução dos deslocamentos institucionais realizados pelo CREA-ES.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

A contratação de uma única empresa para gerenciar esses serviços garante maior eficiência na gestão das viagens, permitindo a centralização das atividades de cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento de bilhetes.

A fragmentação da contratação entre diferentes fornecedores poderia gerar sobrecarga administrativa para o Conselho, além de aumentar o risco de falhas de comunicação, atrasos na execução dos serviços e dificuldades no controle da execução contratual.

1.3 Natureza contínua da contratação

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 6º, inciso XV, define serviços contínuos como aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

Os serviços de agenciamento de viagens enquadram-se plenamente nessa definição, uma vez que não se referem a uma demanda pontual ou eventual, mas sim à gestão contínua dos deslocamentos institucionais necessários ao funcionamento das atividades administrativas e institucionais do CREA-ES.

A demanda por tais serviços decorre de atividades recorrentes, tais como:

- participação de conselheiros e servidores em reuniões institucionais do Sistema Confea/Crea
- participação em congressos, seminários, fóruns e eventos técnicos
- atividades de fiscalização profissional
- participação em treinamentos e programas de capacitação
- representação institucional do Conselho em eventos e encontros técnicos

Dessa forma, os serviços de agenciamento de viagens caracterizam-se como serviços de natureza contínua, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3.1 Possibilidade de prorrogação contratual

De acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, contratos de serviços contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitado o limite máximo de 120 meses (10 anos).

A prorrogação contratual constitui faculdade da Administração e dependerá da demonstração de vantajosidade da continuidade da contratação, bem como da manutenção das condições de habilitação da empresa contratada.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

2. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

2.1 Quantidade estimada

Item	Discriminação	Valor anual estimado
1	Passagens aéreas nacionais	R\$ 1.300.000,00
2	Passagens aéreas internacionais	R\$150.000,00
3	Emissão de seguro viagem nacional e internacional	R\$50.000,00
Total passagens Aéreas + seguro viagem		R\$ 1.500.000,00

2.2 Memória de cálculo

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de utilização de serviços, bem como a utilização de todo o Saldo Contratual antes da vigência contratual, de deslocamento institucional pelo CREA-ES, considerando a participação de conselheiros, dirigentes e servidores em reuniões institucionais, eventos técnicos e atividades de capacitação.

Além do consumo histórico, a estimativa também considera a possibilidade de variações na demanda ao longo da execução contratual, tendo sido aplicada margem de segurança nas quantidades estimadas.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DO OBJETO EM RELAÇÃO À NECESSIDADE DO CREA

Base legal: art. 18, §1º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Após a análise dos requisitos, dos riscos e das alternativas, conclui-se que a contratação de uma empresa especializada para o agenciamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como seguro-viagem, modelada como um serviço de natureza contínua com prazo de vigência estendido, é a solução mais adequada e vantajosa para atender à necessidade permanente de deslocamento do CREA.

A viabilidade da solução se sustenta nos seguintes pontos:

- Vantagem Administrativo-Operacional:**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

A centralização dos serviços em um único fornecedor especializado garante a coesão, agilidade e eficácia de todo o processo de viagem. Um contrato plurianual assegura a continuidade e o padrão de qualidade dos serviços, mitigando os riscos associados à troca constante de fornecedores e preservando o conhecimento adquirido pela contratada sobre as rotinas e necessidades específicas do CREA.

• **Vantagem Econômica:**

A contratação por um prazo de 12 meses é economicamente mais vantajosa ao gerar significativa redução de custos de transação, eliminando a necessidade de processos licitatórios anuais. Adicionalmente, a perspectiva de um contrato de longo prazo tende a atrair propostas mais competitivas do mercado.

Portanto, o objeto proposto atende plenamente à necessidade da Administração de forma técnica e economicamente justificada, alinhando-se aos princípios da eficiência e da economicidade que regem a contratação pública.

4. DEMAIS ELEMENTOS

4.1 Demonstração da previsão da contratação no PCA

Base legal: art. 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021.

(x) Previsto no Plano de Contratações Anual para 2026, DFD nº 76/2025, referente ao objeto: Agenciamento de Passagens Aéreas, Agenciamento de Transfer e Administração.

4.2 Requisitos da contratação

Base legal: art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1 Assessoria

A assessoria compreende os serviços prestados pela contratada para a emissão de bilhetes de passagem aérea, para voos nacionais e internacionais, bem como seguro-viagem.

4.2.2 Reserva

A reserva de bilhetes deverá ser realizada pela contratada, discriminada por trecho e fundamentada nas informações obtidas em cotação prévia.

4.2.3 Emissão

A emissão dos bilhetes de passagem aérea nacional e internacional será realizada pela contratada com base nas informações fornecidas e previamente aprovadas pelo CREA.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

4.2.4 Seguro de Viagem

O seguro viagem é requisito obrigatório para passageiros em voos internacionais, garantindo proteção adicional durante a viagem.

4.2.5 Alteração

A alteração consiste na modificação de data, horário e local de bilhetes de passagem aérea, realizada no interesse do CREA.

4.2.6 Cancelamento

O cancelamento de bilhetes poderá ocorrer devido ao cancelamento da demanda inicial ou por necessidade de alteração da viagem.

4.2.7 Central de Atendimento

A Central de Atendimento deverá oferecer serviço com no mínimo quatro canais de comunicação (WhatsApp, telefone, e-mail ou ferramenta online de auto agendamento), com funcionamento 24 horas por dia.

4.3 Análise das alternativas de mercado

4.3.1 Justificativa Técnica e Econômica para a Escolha da Solução

A contratação de empresa especializada é a solução que melhor atende às necessidades do CREA, pois oferece conhecimento técnico e acesso a sistemas de reservas que permitem maior agilidade na cotação e emissão.

4.3.2 Demonstrativo da Economicidade da Solução

A economicidade é demonstrada por meio de:

- Eficiência operacional
- Redução de custos de transação

4.4 Visão geral do objeto

A solução consiste na contratação de um serviço contínuo de agenciamento de viagens, abrangendo todo o ciclo de vida da gestão de deslocamentos.

4.5 Providências prévias à celebração do contrato

Não se aplica.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

4.6 Contratações correlatas ou interdependentes

Não se aplica.

4.7 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras

A contratação possui baixo impacto ambiental direto, recomendando-se a priorização de documentos eletrônicos, envio digital de bilhetes e comprovantes, redução de impressões e utilização de sistemas informatizados de gestão de viagens.

5. CONCLUSÃO

Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens representa a solução mais adequada para atendimento das necessidades do CREA-ES.

A contratação permitirá maior eficiência administrativa, melhor gestão dos deslocamentos institucionais e otimização do uso dos recursos públicos, bem como, dar continuidade no objeto descrito neste documento.

Antônio Carlos Barbará
Gerente Administrativo





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ANEXO III – ANÁLISE DE RISCOS

Processo Administrativo nº 233.306/2026/2026

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos consiste em um processo contínuo de planejamento, organização e controle das ações relacionadas aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, a execução adequada do objeto e a gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos tem por finalidade identificar, analisar e tratar os principais riscos associados à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, bem como a emissão e gestão de seguro viagem.

A análise dos riscos consiste na compreensão da natureza de cada evento identificado e na determinação do nível de risco, obtido a partir da combinação entre a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial sobre a execução do contrato. Essa análise permite avaliar situações que possam comprometer a efetividade da contratação, a continuidade dos serviços e o alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

Para cada risco identificado são definidos: a probabilidade de ocorrência, os possíveis danos e impactos caso o risco se concretize, as ações preventivas e de contingência destinadas à mitigação dos riscos, bem como a identificação dos responsáveis pelo acompanhamento e implementação dessas ações.

Os riscos relacionados à contratação devem ser registrados, avaliados e tratados ao longo de todo o processo de contratação, conforme descrito a seguir:

- a) **Durante a fase de Planejamento da Contratação**, a equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar a identificação e análise dos riscos associados ao objeto, elaborando o Mapa de Gerenciamento de Riscos;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

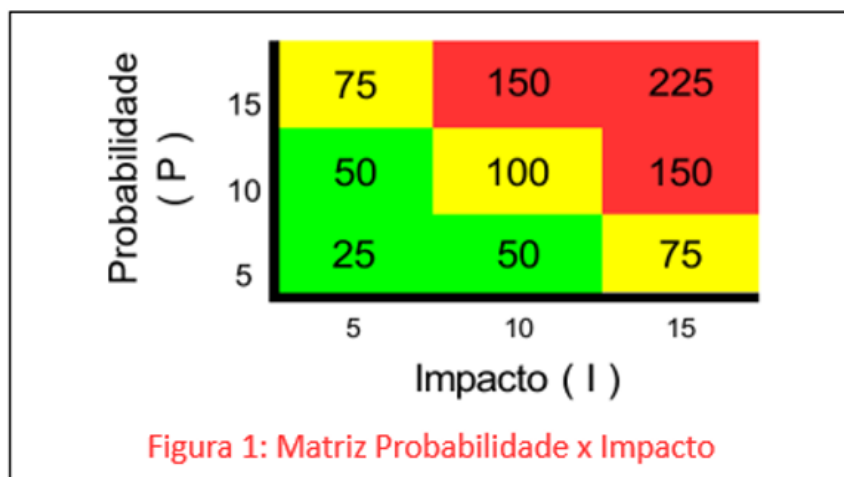
b) **Durante a fase de Seleção do Fornecedor**, o Integrante Administrativo, com o apoio dos Integrantes Técnico e Requisitante, deverá proceder à revisão e atualização do Mapa de Gerenciamento de Riscos, considerando eventuais riscos decorrentes do processo licitatório;

c) **Durante a fase de Gestão do Contrato**, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob a coordenação do Gestor do Contrato, deverá promover a atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos, realizando a reavaliação dos riscos identificados nas fases anteriores e adotando medidas de tratamento adequadas, além de identificar e tratar novos riscos que possam surgir durante a execução contratual.

Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.



Referência: Art. 18, §1º, inciso X e art. 22 da Lei nº 14.133/2021.





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados.

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na especificação ou dimensionamento do objeto, ou na definição do modelo de execução contratual.	Planejamento da Contratação	5	15	75
R02	Informação de volume de serviço incompatível com a realidade do órgão.	Planejamento da Contratação	5	15	75
R03	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	10	10	100
R04	Elaboração de ETP ou TR incompletos ou deficientes (geral).	Planejamento da Contratação	5	15	75
R05	Prazo insuficiente para a adequada realização do planejamento da contratação.	Planejamento da Contratação	15	15	225
R06	Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações.	Seleção do Fornecedor	15	10	150
R07	Contratação de fornecedor com baixa qualificação técnica.	Seleção do Fornecedor	5	15	75
R08	Falta de dotação orçamentária para execução do contrato.	Gestão Contratual	5	10	50
R09	Atraso na Cotação e Emissão de Serviços.	Gestão Contratual	5	15	75
R10	Execução/entrega em desacordo com as especificações, prazos e demais termos do contrato.	Gestão Contratual	10	15	150
R11	Risco de Indisponibilidade ou Falha no Atendimento Emergencial.	Gestão Contratual	10	15	150
R12	Faturamento indevido do objeto contratado.	Gestão Contratual	5	15	75





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

AValiação e Tratamento dos Riscos Identificados

Para o tratamento de riscos, as seguintes opções foram selecionadas: evitar, mitigar, transferir ou compartilhar, e aceitar o risco.

Risco 01	Risco:		Falha na especificação ou dimensionamento do objeto, ou na definição do modelo de execução contratual.	
	Probabilidade:		Baixa	
	Impacto:		Alto	
	Dano 1:		A não realização da licitação, levando a falta de passagens aéreas.	
	Tratamento:		Evitar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	P1	Falha na definição dos requisitos de contratação, exigências de habilitação ou qualificação técnica.	Equipe de Planejamento da Contratação	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	C1	Efetuar revisão do escopo e dos requisitos da contratação, tornando a licitação viável para as agências de viagens.	Equipe de Planejamento da Contratação	

Risco 02	Risco:		Informação de volume de serviço incompatível com a realidade do órgão.	
	Probabilidade:		Baixa	
	Impacto:		Alto	
	Dano 1:		Falsa estimativa de demanda, gerando precificação a maior ou a menor.	
	Tratamento:		Mitigar	
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	P1	Revisitar as demandas para atualização dos quantitativos	Equipe de Planejamento da Contratação	
	Id	Ação de Contingência	Responsável	
	C1	Realizar ampla divulgação interna para manifestação das áreas interessadas na aquisição de passagens aéreas.	Equipe de Planejamento da Contratação	

Página 57 de 80



CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Espírito Santo



CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Risco 03	Risco:		Atraso no processo administrativo de contratação.
	Probabilidade:		Média
	Impacto:		Médio
	Dano 1:		Aumento no prazo estimado de início da execução dos serviços.
	Tratamento:		Mitigar
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P1	Reunião de sensibilização com os dirigentes dos setores responsáveis pelos procedimentos necessários para efetivação da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C1	Acompanhar a tramitação dos documentos e buscar alertar os setores correspondentes quando da inércia na tramitação do processo de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 04	Risco:		Elaboração de ETP ou TR incompletos ou deficientes (geral).
	Probabilidade:		Baixa
	Impacto:		Alto
	Dano 1:		Atraso na conclusão da contratação; contratação que não atenda plenamente às necessidades do CREA-ES.
	Tratamento:		Mitigar
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P1	Utilização, pelos setores requisitantes, dos formulários atualizados e documentos de suporte para elaboração do ETP e TR.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C1	Devolução dos documentos incompletos ou deficientes ao setor requisitante antes de avançar na fase interna do processo de licitação, pela DCL, com as devidas orientações, quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Risco 05	Risco:		Prazo insuficiente para a adequada realização do planejamento da contratação.
	Probabilidade:		Alto
	Impacto:		Alto
	Dano 1:		Aumento da incerteza, tornando difícil lidar com mudanças inesperadas e imprevistos.
	Tratamento:		Mitigar
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P1	Sensibilizar a alta gestão quanto ao prazo exíguo para conclusão do processo de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	P3	Revisão contínua do plano, permitindo ajustes conforme necessário.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C1	Elaboração de planos alternativos para lidar com possíveis desvios ou situações inesperadas.	Equipe de Planejamento da Contratação
	C2	Comunicação aberta com todas as partes interessadas, informando os problemas emergentes.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 06	Risco:		Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações.
	Probabilidade:		Alto
	Impacto:		Médio
	Dano 1:		Paralisação parcial da contratação
	Tratamento:		Mitigar.
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	Equipe de Planejamento da Contratação

Página 59 de 80





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

	3	Verificação do teor de impugnações e recursos em contrações similares.	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 07	Risco:		Contratação de fornecedor com baixa qualificação técnica.
	Probabilidade:		Baixa
	Impacto:		Alto
	Dano 1:		Falta de qualidade dos serviços prestados ao órgão.
	Tratamento:		Mitigar
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P1	Exigir qualificação técnica da empresa.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C1	Aplicar as sanções previstas em caso de descumprimento da qualificação exigida.	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 08	Risco:		Falta de dotação orçamentária para execução do contrato.
	Probabilidade:		Baixa
	Impacto:		Médio
	Dano 1:		Paralisação ou atraso do processo de contratação.
	Tratamento:		Compartilhar
	Id	Ação Preventiva	Responsável





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

	P1	Reserva prévia de orçamento para a contratação em questão	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C1	No caso de insuficiência de recursos orçamentários, solicitar aporte orçamentário e financeiro à alta gestão do CREA-ES.	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 09	Risco:		Atraso na Cotação e Emissão de Serviços.
	Probabilidade:		Média
	Impacto:		Médio
	Dano 1:		Perda de tarifas promocionais, indisponibilidade de assentos em voos ou de vagas em hotéis, resultando na necessidade de contratação de opções mais onerosas ou na inviabilização da viagem.
	Tratamento:		Mitigar
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P1	Estabelecer no Termo de Referência prazos máximos para a execução de cada serviço (ex: 2 horas para cotação, 1 hora para emissão).	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C1	Equipe de Gestão e Fiscalização deve monitorar o cumprimento desses prazos.	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 10	Risco:		Execução/entrega em desacordo com as especificações, prazos e demais termos do contrato.
	Probabilidade:		Média
	Impacto:		Alto
	Dano 1:		não atendimento às necessidades da Administração; prejuízo ao erário.

Página **61** de **80**





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

Tratamento:		Mitigar
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Acompanhar a execução dos serviços.	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
2	Monitorar o funcionamento da comunicação entre contratada e contratante.	
	Exigir o cumprimento de prazos estabelecidos.	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	aplicação das disposições contratuais relativas ao acompanhamento, à fiscalização e gestão do contrato e ao recebimento do objeto, pelos fiscalizadores e gestores, conforme previsto nas cláusulas contratuais e na legislação aplicável.	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
2	aplicação das disposições contratuais relativas às infrações administrativas e sanções, pelos atores definidos no Decreto Legislativo nº 99/2024.	

Risco 11	Risco:	Risco de Indisponibilidade ou Falha no Atendimento Emergencial.	
	Probabilidade:	Média	
	Impacto:	Alto	
	Dano 1:	Viajantes sem assistência em situações críticas (ex: voo cancelado), acarretando perda de compromissos, prejuízos financeiros com novas reservas e danos à imagem institucional.	
	Tratamento:		Mitigar
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Exigir no Termo de Referência a disponibilização de múltiplos canais de comunicação com atendimento garantido 24/7 para emergências. A fiscalização contratual deve	Equipe de Planejamento da Contratação





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

		verificar e testar esses canais no início do contrato.	
	2	Acionar imediatamente a empresa para solução do problema do viajante.	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Notificar formalmente a contratada pela falha e aplicar as sanções previstas em contrato, como advertências pelo descumprimento de obrigação.	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 12	Risco:		Faturamento indevido do objeto contratado.
	Probabilidade:		Baixa
	Impacto:		Alto
	Dano 1:		Prejuízo ao erário
	Tratamento:		Mitigar
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P1	Auditoria nas Faturas Emitidas pela contratada	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C1	Iniciar providências administrativas para ressarcimento de eventual dano ao erário.	Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

APROVAÇÃO E ASSINATURA

Conforme Art. 18, §1º, inciso X e art. 22 da Lei nº 14.133/2021, o Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização e Gestor do Contrato, na fase de Gestão do Contrato.

Antônio Carlos Barbará
Gerente Administrativo





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

AO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO – CREA-ES

Pregão Eletrônico nº XXX/2026

Processo Administrativo nº 233.306/2026

1. DADOS DA LICITANTE

Razão Social: _____
Nome Fantasia: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual/Municipal: _____
Endereço Completo: _____
CEP: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Banco: _____
Agência: _____
Conta Corrente: _____
Representante Legal: _____
CPF do Representante Legal: _____
Cargo/Função: _____

2. OBJETO

Apresentamos proposta comercial para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como emissão e gestão de seguro viagem, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

3. PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Remuneração do Agente de Viagem – RAV	serviço			

Valor global da proposta: R\$ _____ (_____).





CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

4. DECLARAÇÕES DA LICITANTE

Declaramos, para todos os fins de direito, que:

4.1. Nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, taxas, despesas administrativas e quaisquer outros necessários ao pleno cumprimento do objeto da contratação.

4.2. Esta proposta foi elaborada em conformidade com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

4.3. O objeto ofertado atende integralmente às especificações, condições e exigências constantes do Edital e do Termo de Referência.

4.4. A licitante compromete-se a manter as condições da proposta durante toda a sua validade e, se vencedora, durante toda a execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

4.5. A licitante dispõe de estrutura técnica e operacional compatível com a execução do objeto.

4.6. A licitante apresentará, juntamente com esta proposta, o vídeo demonstrativo da Prova de Conceito – POC do Sistema Self Booking, conforme exigido no Termo de Referência.

5. VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade da presente proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente, conforme previsto no Termo de Referência e no contrato.

7. DADOS COMPLEMENTARES

Responsável pela assinatura do contrato:

CPF:

RG:

Telefone:

E-mail:

Cidade/UF], [dia] de [mês] de [ano].

Nome do Representante Legal

Cargo/Função

Razão Social da Empresa





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão e gestão de seguro-viagem, visando atender às necessidades de deslocamento institucional de conselheiros, dirigentes e servidores do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA-ES.

1.2. Integram o objeto contratual, para todos os fins, os serviços correlatos necessários à sua plena execução, inclusive atendimento às solicitações da Contratante, emissão de bilhetes e vouchers, controle de remarcações, cancelamentos, créditos, reembolsos, abatimentos em faturamento, disponibilização de informações de acompanhamento, relatórios gerenciais e suporte operacional, bem como a disponibilização e funcionamento do sistema Self Booking, nos termos do Termo de Referência.

1.3. Vinculam-se a este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico, o Termo de Referência, a proposta vencedora da Contratada, seus anexos e os demais documentos que instruem o processo administrativo, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições deste Contrato, do Edital e do Termo de Referência, nessa ordem, sem prejuízo da observância da proposta adjudicada no que for compatível.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1. São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais previstas no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável:

- I** – designar gestor e fiscais do contrato, com as atribuições de acompanhamento, controle e avaliação da execução contratual;
- II** – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrando as ocorrências verificadas e determinando as providências necessárias ao saneamento de falhas ou irregularidades;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

III – efetuar os pagamentos devidos nas condições, prazos e forma previstos neste Contrato e no Termo de Referência;

IV – receber provisória e definitivamente os serviços, quando atendidas as exigências contratuais;

V – notificar a CONTRATADA acerca de falhas, inexatidões, irregularidades ou descumprimentos identificados na execução contratual, fixando prazo para correção, quando cabível;

VI – aplicar, quando for o caso, as sanções cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

2.2. A fiscalização e a gestão contratual serão exercidas por representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, competindo-lhes acompanhar a execução do contrato, verificar a conformidade dos serviços prestados, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, emitir notificações para correção de falhas, encaminhar à autoridade competente situações que extrapolem sua alçada e adotar as providências necessárias à regular execução contratual. O TR também prevê que o gestor encaminhe a documentação pertinente para liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

2.3. Caberá à CONTRATANTE fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações, autorizações, dados e diretrizes necessários à adequada execução dos serviços, bem como disponibilizar os elementos necessários à emissão, remarcação, cancelamento e demais providências relacionadas ao objeto contratual, além de comunicar tempestivamente fatos ou ocorrências que possam impactar a execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e na legislação aplicável:

I – executar os serviços com estrita observância das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato;

II – zelar pela boa e fiel execução contratual, adotando todas as medidas necessárias para que os serviços sejam prestados com eficiência, regularidade, segurança e continuidade;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

- III** – responsabilizar-se integralmente por todos os procedimentos, custos, encargos, tributos, taxas, seguros e demais despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto;
- IV** – manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- V** – corrigir, sem ônus para a CONTRATANTE, falhas, inconsistências ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços, nos prazos fixados pela fiscalização;
- VI** – observar a vedação de subcontratação do objeto contratual, total ou parcial, conforme previsto no Termo de Referência.

3.2. Compete à CONTRATADA realizar, mediante solicitação e autorização da pessoa responsável designada pelo CREA-ES, a cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, com fornecimento dos respectivos bilhetes, tickets, vouchers e documentos correlatos, observando, sempre que aplicável, as diretrizes estabelecidas pela CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá, ainda, fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos valores vigentes das tarifas na data da emissão, por companhia aérea, bem como apresentar alternativas viáveis quando não houver disponibilidade nas datas e horários requisitados.

3.3. A CONTRATADA deverá emitir e gerir seguro-viagem nacional e internacional, quando solicitado pela CONTRATANTE, observadas as condições previstas no Termo de Referência e nas requisições emitidas pelo CREA-ES, responsabilizando-se pela correta emissão da apólice ou documento equivalente, bem como pelo suporte necessário em relação a alterações, cancelamentos, comprovações e demais providências correlatas ao serviço contratado.

3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento o sistema **Self Booking** ofertado, apto a atender às necessidades da CONTRATANTE, com, no mínimo, as funcionalidades de cotação de voos, reserva e emissão de passagens aéreas, aplicação de políticas de viagem, gestão de usuários, acompanhamento das solicitações e geração de relatórios gerenciais. A solução deverá permanecer operacional durante toda a execução contratual, em conformidade com a Prova de Conceito – POC apresentada na fase licitatória.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

3.5. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE todas as informações de acompanhamento, online ou em arquivo eletrônico, de forma clara, objetiva e personalizada, contendo a base de dados e o histórico das viagens realizadas, bem como manter controle de reembolsos solicitados e pagos, de bilhetes reemitidos e em aberto e dos créditos decorrentes de passagens ou trechos não utilizados. Deverá, ainda, apresentar relatório mensal de todos os bilhetes, vouchers e documentos correlatos passíveis de glosa, com os respectivos comprovantes emitidos pelas empresas de viagens, contendo, no mínimo, dados do passageiro e do documento de viagem, valores pagos, multas, créditos e reembolsos, além de efetuar, junto com o faturamento, o abatimento dos créditos devidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor deste Contrato corresponderá ao montante efetivamente executado no período, observado o critério de remuneração por **Remuneração do Agente de Viagem – RAV**, conforme proposta vencedora, bem como os valores efetivamente correspondentes às passagens aéreas nacionais e internacionais e aos seguros-viagem emitidos, nos termos do Termo de Referência.

4.2. O faturamento será realizado mensalmente, em conformidade com os serviços efetivamente prestados no período, sendo o valor pago proporcional ao volume de passagens adquiridas e serviços correlatos executados, mediante apresentação de nota fiscal ou fatura acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

4.3. A liquidação e o pagamento somente ocorrerão após a conferência da conformidade dos serviços pelo Fiscal/Gestor do Contrato, no prazo estabelecido no Termo de Referência, e mediante apresentação da nota fiscal ou fatura devidamente atestada, acompanhada das certidões e documentos exigidos.

4.4. Poderão ser promovidas retenções, glosas e descontos nos pagamentos devidos à CONTRATADA nas hipóteses previstas no Termo de Referência, especialmente em razão de penalidades aplicadas, créditos de passagens não utilizadas, reembolsos devidos, vouchers alterados passíveis de glosa e demais abatimentos apurados na execução contratual.

4.5. É vedado o pagamento por serviços não executados, executados em desconformidade com o Termo de Referência ou não atestados pela





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

fiscalização, sem prejuízo da obrigação da CONTRATADA de corrigir falhas e regularizar pendências eventualmente apontadas. Havendo efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até eventual decisão de rescisão, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, na forma da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições mais vantajosas para a CONTRATANTE. O TR prevê vigência de 12 meses para a contratação.

5.2. A execução dos serviços terá início a partir da emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente, devendo a CONTRATADA disponibilizar, desde então, todos os meios operacionais, tecnológicos e humanos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratual, inclusive o sistema **Self Booking**, em plena condição de funcionamento.

5.3. A eventual prorrogação contratual dependerá de justificativa formal, manifestação favorável da autoridade competente e comprovação da manutenção das condições de habilitação e execução da CONTRATADA, bem como da compatibilidade da prorrogação com o interesse público e com a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. O valor da **Remuneração do Agente de Viagem – RAV** contratado será fixo e irrevogável durante a vigência contratual. O TR adota o critério de julgamento pelo menor preço RAV e trata o pagamento como mensal, proporcional ao volume de passagens efetivamente adquiridas.

6.2. Fica ressalvada a possibilidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da legislação aplicável, desde que devidamente demonstrada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que torne excessivamente onerosa a execução contratual, mediante requerimento formal da CONTRATADA e análise da CONTRATANTE.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução dos serviços dar-se-á em estrita conformidade com este Contrato, com o Edital, com o Termo de Referência e com a proposta vencedora da CONTRATADA, abrangendo todas as etapas necessárias ao atendimento das demandas de deslocamento institucional do CREA-ES, desde a solicitação até a finalização do serviço. O TR define o objeto como serviço contínuo de agenciamento de viagens, incluindo cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, além de emissão e gestão de seguro-viagem.

7.2. As demandas da CONTRATANTE serão atendidas mediante solicitação e autorização da pessoa responsável designada pelo CREA-ES, cabendo à CONTRATADA providenciar, conforme o caso, a cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento de passagens e a adoção das providências correlatas à execução do objeto, inclusive com apresentação de alternativas viáveis quando inexistir disponibilidade na data e horário originalmente solicitados. A execução deverá observar as diretrizes e necessidades operacionais da CONTRATANTE, bem como a política de viagens aplicável, quando houver.

7.3. A CONTRATADA deverá manter estrutura operacional e tecnológica apta ao pronto atendimento das demandas contratuais, inclusive por meio do sistema **Self Booking**, que deverá permanecer em pleno funcionamento durante toda a execução, com recursos mínimos de cotação de voos, reserva, emissão de passagens aéreas, aplicação de políticas de viagem, gestão de usuários, acompanhamento das solicitações e geração de relatórios gerenciais.

7.4. A execução dos serviços deverá observar integralmente as exigências técnicas, operacionais e administrativas constantes do Termo de Referência, incluindo a prestação de informações de acompanhamento, o controle de remarcações, cancelamentos, créditos, reembolsos e abatimentos, a emissão de relatórios gerenciais e o suporte necessário à fiscalização e à gestão contratual, sob pena de aplicação das medidas e sanções cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A fiscalização da execução contratual será exercida por representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, nos termos da legislação





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

aplicável, incumbidos de acompanhar, verificar, registrar e controlar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

8.2. Compete ao fiscal do contrato:

I – acompanhar a execução dos serviços e verificar sua conformidade com este Contrato, com o Termo de Referência e com a proposta da CONTRATADA;

II – registrar em instrumento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando falhas, irregularidades e providências necessárias;

III – promover o recebimento provisório dos serviços, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

IV – comunicar ao gestor do contrato e à autoridade competente as situações que ultrapassem sua esfera de atuação;

V – atestar a nota fiscal ou fatura, quando constatada a conformidade dos serviços prestados, observadas as exigências contratuais.

8.3. Compete ao gestor do contrato:

I – coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução contratual;

II – acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato e as medidas adotadas;

III – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho e pagamento;

IV – emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho contratual e às eventuais penalidades aplicadas;

V – adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, quando cabível;

VI – elaborar relatório final sobre a consecução dos objetivos da contratação;

VII – encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.4. As ocorrências verificadas durante a execução contratual, bem como as determinações expedidas pela fiscalização e pela gestão, serão registradas formalmente e deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

prejuízo da aplicação de glosas, retenções, sanções e demais medidas cabíveis, quando caracterizado o descumprimento contratual.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, observará o **Instrumento de Medição de Resultado – IMR**, quando aplicável, sem prejuízo da utilização concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços, nos termos do Termo de Referência.

9.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. O prazo será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.3. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e da quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado. Para esse fim, deverão ser analisados os relatórios e a documentação apresentada pela fiscalização, podendo ser solicitadas correções à CONTRATADA, por escrito, caso existam irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa.

9.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou inconsistências, cabendo à fiscalização não atestar a medição correspondente até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no recebimento provisório. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e da proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CREA-ES, observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias da Autarquia.

10.2. A despesa será suportada pelas seguintes dotações orçamentárias:

- I** – Passagens funcionários – **1342**;
- II** – Passagens Conselheiros – **1343**;
- III** – Passagens Colaboradores – **1344**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e neste instrumento, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

11.2. Constituem infrações administrativas, entre outras:

- I** – deixar de executar, retardar injustificadamente ou executar de forma irregular os serviços contratados;
- II** – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual;
- III** – não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- IV** – falhar na prestação dos serviços de emissão, reserva, remarcação, cancelamento de passagens ou gestão de seguro-viagem;
- V** – descumprir determinações da fiscalização ou da gestão contratual;
- VI** – não corrigir, sem ônus para a CONTRATANTE, as falhas, vícios, defeitos ou inconsistências apontadas na execução dos serviços;
- VII** – praticar ato lesivo à Administração Pública ou adotar conduta inidônea na execução do Contrato.

11.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

- I** – advertência;
- II** – multa, proporcional à gravidade da infração e ao valor da obrigação inadimplida ou do Contrato, conforme o caso;
- III** – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo legal;





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, na forma da lei.

11.4. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, compensadas na forma admitida em lei ou cobradas administrativa e judicialmente, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE.

11.5. A aplicação de sanções não afasta a obrigação da CONTRATADA de reparar, corrigir, remover, substituir ou regularizar, às suas expensas, os serviços executados em desconformidade com este Contrato, com o Termo de Referência ou com a proposta apresentada.

11.6. A apuração das infrações e a aplicação das sanções observarão processo administrativo próprio, com instauração formal, motivação, contraditório e ampla defesa, cabendo ao gestor do contrato adotar as providências necessárias para a formalização do processo de responsabilização, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições deste instrumento, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

12.2. Constituem, entre outros, motivos para a extinção contratual:

I – o descumprimento de cláusulas contratuais, especificações técnicas, prazos ou demais condições ajustadas;

II – a falha reiterada ou a inexecução, total ou parcial, dos serviços de agenciamento de viagens, inclusive quanto à cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento de passagens ou gestão de seguro-viagem;

III – o descumprimento das determinações regulares da fiscalização, da gestão contratual ou da autoridade competente;

IV – a não correção, no prazo assinalado, de vícios, falhas, irregularidades ou inconsistências verificadas na execução dos serviços;

V – a perda das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando não regularizadas na forma admitida;

VI – a decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou alteração social que comprometa a execução do objeto;





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

VII – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela autoridade competente;

VIII – a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

12.3. A extinção do Contrato poderá ser:

I – unilateralmente pela CONTRATANTE, nas hipóteses legais, mediante processo administrativo com observância do contraditório e da ampla defesa;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III – por decisão judicial ou arbitral, quando cabível, na forma da legislação aplicável.

12.4. A extinção contratual acarretará as consequências previstas em lei e neste Contrato, inclusive, quando cabível, a apuração de responsabilidades, aplicação de sanções administrativas, retenção de créditos, glosas de valores e cobrança de perdas e danos, sem prejuízo das demais medidas legais.

12.5. Na hipótese de extinção por culpa da CONTRATADA, esta responderá pelos prejuízos causados à CONTRATANTE, inclusive pelos custos adicionais eventualmente necessários à continuidade dos serviços ou à contratação de terceiro para atendimento das demandas remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses e nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo, vedada a modificação do objeto de forma a descaracterizar a contratação originalmente realizada.

13.2. As alterações contratuais, qualitativas ou quantitativas, deverão observar o interesse público, a manutenção das condições da proposta mais vantajosa, a compatibilidade com o objeto contratado e a prévia manifestação técnica e jurídica, quando cabível.

13.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto contratado, nos limites legais aplicáveis.

13.4. Eventuais alterações que impliquem reflexos no valor, no prazo, na forma de execução ou nas condições de pagamento dependerão de formalização





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

prévia e expressa, vedada a execução de serviços em desacordo com o instrumento contratual sem a correspondente cobertura formal.

13.5. As alterações decorrentes de fatos supervenientes, necessidade administrativa devidamente motivada ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão processadas na forma da legislação aplicável, mediante instrução processual adequada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

14.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

14.2. A constatação de irregularidade nas condições de habilitação da CONTRATADA ensejará sua notificação para saneamento, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive glosa, retenção, aplicação de sanções e, quando for o caso, extinção contratual, na forma da lei e deste Contrato.

14.3. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, promover as consultas e diligências necessárias para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA em cadastros e bases oficiais, inclusive SICAF e demais registros pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

15.1. A CONTRATADA obriga-se a tratar com sigilo, confidencialidade e segurança todas as informações, documentos, dados pessoais e dados cadastrais a que tiver acesso em razão da execução deste Contrato, utilizando-os exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado, vedada sua divulgação, compartilhamento ou utilização para finalidade diversa, salvo por obrigação legal ou mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

15.2. A CONTRATADA deverá adotar as medidas técnicas, administrativas e organizacionais necessárias à proteção dos dados e informações tratados no âmbito da execução contratual, de modo a resguardar sua integridade, disponibilidade, autenticidade e confidencialidade, observando a legislação aplicável, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

15.3. O acesso a dados e informações da CONTRATANTE ou de seus usuários deverá ser restrito aos profissionais da CONTRATADA estritamente necessários à execução do objeto, os quais deverão ser orientados quanto ao dever de sigilo e confidencialidade, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por seus atos.

15.4. A CONTRATADA não poderá reter, copiar, reproduzir, comercializar, ceder, divulgar ou utilizar, total ou parcialmente, os dados e informações obtidos em razão deste Contrato para fins estranhos à sua execução, inclusive após o encerramento da relação contratual.

15.5. Verificada ocorrência de incidente de segurança, vazamento, acesso indevido, perda, alteração ou qualquer comprometimento de dados ou informações relacionados à execução contratual, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, adotando, sem demora, todas as providências necessárias para contenção, mitigação dos impactos e regularização da situação.

15.6. Encerrada a execução contratual, a CONTRATADA deverá cessar todo tratamento de dados realizado em razão deste Contrato, preservando-os apenas nas hipóteses legalmente exigidas e pelo prazo estritamente necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

15.7. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, civis e legais cabíveis, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos decorrentes da execução deste Contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis à matéria, pelas cláusulas e princípios gerais dos contratos administrativos, bem como, subsidiariamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, no que couber.

16.2. Eventuais dúvidas de interpretação ou lacunas contratuais deverão ser solucionadas de modo a preservar a finalidade pública da contratação, a continuidade da prestação dos serviços, a supremacia do interesse público, a legalidade, a boa-fé objetiva e a vinculação ao instrumento convocatório.





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato e que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Vitória, xx, xxxxxx de 2026.

Jorge Luiz e Silva
Presidente do Crea-ES

Responsável Legal da Contratada
Contratada





CREA-ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Serviço Público Federal

